

Companhia Energética do Jari - CEJA

CNPJ/MF nº 03.581.989/0001-62



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.103	249.812
Concessões	5	45.846	43.684
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	17.342	7.317
Outros tributos compensáveis	6	3.936	6.851
Estoques	11	4.858	5.011
Caupões e depósitos vinculados	9	785	
Prêmio de risco - GSF	10	2.294	2.294
Outros créditos	12	1.198	4.934
Total do Ativo Circulante		150.577	320.688
Não circulante			
Caupões e depósitos vinculados	9	22.294	24.783
Prêmio de risco - GSF	10	9.748	12.042
Outros Créditos	12	725	1.544
Imobilizado	13	1.005.301	1.013.139
Intangível	14	440.682	454.271
Total do Ativo Não circulante		1.478.750	1.505.779
TOTAL DO ATIVO		1.629.327	1.826.467

PASSIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	15	106.705	112.897
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	54.289	54.098
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	1.382	1.701
Outros tributos a recolher	6	13.211	12.518
Dividendos	16	59.912	55.122
Uso do bem público	18	2.822	3.024
Provisões	19	5.998	2.510
Outras contas a pagar	12	2.218	2.983
Total do Passivo Circulante		246.537	244.853
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	341.451	390.266
PIS e COFINS diferidos	7	20	15
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	110.376	113.739
Uso do bem público	18	31.367	33.143
Provisões	19	10.329	6.143
Outras contas a pagar	12	18	9
Total do Passivo Não circulante		493.561	543.315
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	20.1	650.824	850.824
Reservas de lucros	20.3	238.405	187.475
Total do Patrimônio líquido		889.229	1.038.299
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.629.327	1.826.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2023	2022
Receitas	21	338.638	315.195
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	22		
Custo do serviço de energia elétrica		(68.133)	(45.213)
Custo de operação		(49.665)	(50.386)
Lucro bruto		(117.798)	(95.529)
Despesas e Receitas operacionais	22		
Despesas gerais e administrativas		(25.143)	(20.895)
Outras despesas e receitas operacionais		(181)	(1.468)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		(25.324)	(22.363)
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		35.886	27.458
Despesas financeiras		(35.902)	(50.256)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		(16)	(22.798)
Tributos sobre o lucro	24		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.578)	(8.618)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.363	4.149
Lucro líquido do exercício		195.500	174.435
Resultado por ação atribuível aos acionistas	25		
Resultado básico/diluído por ação (Reais/Ações)		189.285	169.966
ON		7.33833	6.58936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	189.285	169.966
Resultado abrangente do exercício	189.285	169.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Geração do valor adicionado	416.393	393.665
Receita operacional	391.173	367.065
Receita relativa à construção de ativos próprios	24.922	24.275
Outras receitas	298	2.325
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(116.014)	(93.665)
Custos da energia comprada	(41.854)	(18.674)
Encargos de uso da rede elétrica	(33.207)	(31.131)
Materiais	(6.961)	(9.924)
Serviços de terceiros	(33.334)	(31.784)
Outros custos operacionais	(658)	(2.152)
Valor adicionado bruto	300.379	300.000
Retenções		
Depreciações e amortizações	(52.715)	(50.563)
Valor adicionado líquido produzido	247.664	249.437
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	37.641	28.801
Valor adicionado total a distribuir	285.305	278.238
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.484	5.263
Benefícios	1.880	1.576
FGTS	562	493
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	48.477	46.632
Estaduais	3.714	4.051
Municipais	1	1
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	35.902	50.256
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	70.485	64.849
Dividendos	166.505	240.991
Lucros retidos	118.800	37.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional	A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.	
1.1 Concessão	A ECE Participações detinha o direito de concessão da UHE Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/02, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 19 de novembro de 2019 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 8.369, autorizou a transferência da Concessão da ECE Participações para a Companhia Energética do Jari - CEJA para explorar a UHE Jari. A presente autorização vigorará pelo prazo remanescente, sub-rogado-se a CEJA em todos os direitos e obrigações que dela decorrem, com as seguintes características:	
1.2 Prazo de concessão	O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. O contrato de concessão foi prorrogado para 2024, com base na Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 113 dias, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. Em 26 de abril de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.715 com a extensão de 301 dias no prazo da outorga da UHE Santo Antônio do Jari.	
1.3 Aproveitamento hidrelétrico	Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.	
1.4 Uso do bem público - UBP	A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico UHE Jari, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual fixado na data de assinatura do Contrato de Concessão, atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$2.911 corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IPC-M. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$4.	

...continuação

Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.8 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avalarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4 / IAS 28 / IAS 34 / IAS 8 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 32 / IFRS 1 / IAS 32 / IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 and IFRS 9 - Comparative Information (2021).	IAS 36 / IAS 7 / IAS 38 / IFRS 3 / IAS 28 / IAS 15 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 40 / IFRS 5 / IAS 19 / IFRS 1 / IAS 32 / IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7 / IAS 16 / IAS 23 / IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciado na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações da Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retornoarrendamento (sale and leaseback).	IAS1 / IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações da Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7 / IAS 12 / IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

2.9 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em períodos futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadas no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 220MW para 211,3MW.

REN nº 1.063/2023 de 10 de maio de 2023	Em 10 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.063/2023, alterando a REN nº 946, de 11 de junho de 2019, com vistas a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.
	A Companhia está cumprindo as exigências estabelecidas quanto a segurança de barragens, caso a Companhia não atenda, poderá sofrer penalidades que podem chegar a 2% da receita.

3.2 Redução de Capital social

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 26 de outubro de 2023, deliberou pela redução de seu capital social no montante de R\$200.000 por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	14.455	8.610
Aplicações financeiras - renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	60.648	241.202
Total	75.103	249.812

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente auferidos em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações financeiras da Companhia estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito.

Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 16) a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo	
				Circulante	Não circulante
				31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias (Nota 5)					
Venda de energia elétrica					
EDP Espírito Santo	Controle comum	209,02	01/01/2016 a 31/12/2044	842	749
EDP São Paulo	Controle comum	285,80	01/01/2016 a 31/12/2044	1.299	890
				2.141	1.639

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo	
				Circulante	Não circulante
				31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores (Nota 15)					
Suprimento de energia elétrica	Controle comum	139,31	01/01/2017 a 31/12/2046		
Encargos de uso de rede					
Mata Grande Transmissora	Controle comum		01/11/2001 a 31/01/2033		
EDP Transmissão Aliança	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2044		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2044		
EDP Goiás	Controle comum		01/04/2013 a 01/12/2044		
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum		01/04/2013 a 01/12/2044		
Contrato de prestação de serviços (a)					
EDP Goiás	Controle comum		01/06/2022 a 30/06/2026		

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo	
				Circulante	Não circulante
				31/12/2023	31/12/2022
Outras contas a pagar (Nota 12)					
Contrato de prestação de serviços (a)					
EDP Trading	Controle comum		01/10/2019 a 31/05/2022		
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (b)					

...continuação

Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.4 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em Nota 31/12/2022	Adição Monetária	Atualização Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	12.4.1 1.305	9.966	(10.902)	369
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	12.4.2 324	3.282	(112)	355
Outros encargos		112	1.490	(1.477)
Total Circulante		1.741	14.738	(112) (15.518) 849

12.4.1 Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

O montante de R\$369 refere-se ao saldo a pagar, conforme a resolução nº 67/2001 da ANEEL, onde estabelece o pagamento mensal do citado encargo pelos concessionários e autorizados para a produção de energia hidrelétrica. A redução do saldo no exercício ocorreu devido à redução de geração hidráulica entre os períodos de 71.17MWh.

12.4.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

13 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício. O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A base para o cálculo da depreciação é o valor deprecável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria própria.

13.1 Composição do imobilizado

	31/12/2023			31/12/2022				
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		759		759		759		759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,05	405.472	(77.444)	328.028	2,05	405.472	(69.126)	336.346
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,13	353.309	(69.910)	283.399	2,13	353.309	(62.383)	290.926
Máquinas e equipamentos	2,99	424.085	(115.228)	308.857	2,99	424.085	(102.564)	321.521
Veículos	14,29	1.362	(1.352)	10	14,29	1.362	(1.207)	155
Móveis e utensílios	6,25	78	(22)	56	6,25	78	(17)	61
Total do Imobilizado em serviço	1.185.065	(263.956)	921.109	1.185.065	(235.297)	949.768		
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	2.919	(907)	2.012	3,33	2.919	(810)	2.109
Máquinas e equipamentos	3,23	37.105	(11.101)	26.004	3,23	37.105	(9.904)	27.201
Total do Imobilizado em curso	40.024	(12.008)	28.016	40.024	(10.714)	29.310		
Imobilizado em curso								
Geração		55.294		55.294		33.203		33.203
Administração		432		432		331		331
Total do Imobilizado em curso	55.726	-	55.726	33.534	-	33.534		
Total Imobilizado	1.281.700	(276.399)	1.005.301	1.259.506	(246.367)	1.013.139		
13.2 Movimentação do imobilizado								
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos (Nota 13.2.1)	Depreciações (Nota 13.2.2)	Baixas	Valor líquido em 31/12/2023			
Imobilizado em serviço								
Terrenos		759			759			
Reservatórios, barragens e adutoras		336.346		(8.318)	328.028			
Edificações, obras civis e benfeitorias		293.156		(7.628)	285.528			
Máquinas e equipamentos		348.826		(13.887)	334.939			
Veículos		174		(152)	22			
Móveis e utensílios		344		(45)	299			
Total do imobilizado em serviço	979.605	-	(30.030)	-	949.575			
Imobilizado em curso								
Máquinas e equipamentos		26.903		23.143	(2.391)	791		48.446
Outros		6.631		1.440		(791)		7.280
Total do Imobilizado em curso	33.534	24.583	-	(2.391)	-	55.726		
Total do imobilizado	1.013.139	24.583	(30.030)	(2.391)	-	1.005.301		
13.2.1 Ingressos								
Do saldo de R\$24.583, R\$23.143 refere-se a ingressos em máquinas e equipamentos com substituições de tubulações, restauração, manutenção de geradores e equipamentos da unidade geradora 2.								
13.2.2 Baixas								
A variação no exercício refere-se ao efeito de capitalização do custo desmobilização do pôrtico e cubículo com o ressarcimento do seguro.								
14 Intangível								
Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).								
A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios futuros incorporados no ativo.								
17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas								
	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	
Moeda nacional								
BNDES	736.807	13/12/2012	716.790	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização. ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 25%.	Principal e Juros mensais a partir de 15/06/2015.	(i) Penhor de Ações; (ii) Contas Vinculadas; (iii) Vinculação de Receitas.
(-) BNDES - Custos de Transação	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031		Amortização mensal do custo de transação	(70)	(210) (280)
							1.280	53.009 341.451 395.740
							1.504	52.594 390.266 444.364
19 Provisões								
	Nota	31/12/2023	31/12/2022					
19.1 Provisões civis, fiscais e trabalhistas								
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	19.1							
Licenças ambientais	19.2	5.998	2.510					
Total	5.998	2.510	10.329					

...continuação

Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$12.674 (R\$4.782 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação - LO nº 1.233/14 foi emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 13 de maio de 2014, sendo retificada em 9 de março de 2015, autorizando a Companhia a operar a UHE Jari, localizada no rio Jari, entre os municípios de Almeirim no Estado do Pará (PA) e Laranjal do Jari no Estado do Amapá (AP).

A LO era válida pelo período de 4 anos, a contar da data da retificação, vencendo em 8 de março de 2019. A Companhia providenciou o processo de renovação da LO, dentro do prazo estipulado, e, atualmente, está aguardando a manifestação do IBAMA, sendo que, até a manifestação do mesmo, a LO permanece válida.

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7,00% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisão, as obrigações continuadas pelo prazo de maiores 4 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97. Por este motivo, em 31 de dezembro de 2023, foram adicionados R\$6.780 conforme demonstrado no quadro abaixo.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$606 (R\$1.488 em 31 de dezembro de 2022). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Realizações	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2023
Circulante	2.510	5.032	(606)	589	(1.537)	10	5.998
Não circulante	2.272	3.748		1.078	1.537	(1.959)	6.676
Total	4.782	8.780	(606)	1.667	-	(1.949)	12.674

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado 31 de dezembro de 2023 é de R\$650.824 (R\$850.824 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 25.793.746 ações ordinárias, sem valor nominal.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGE, realizada em 26 de outubro de 2023, deliberou pela redução do capital social no montante de R\$200.000, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
CTG Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
Total	25.793.746	100,00	25.793.746	100,00

20.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Lucro a ser destinado

Lucro líquido apurado no exercício

Constituição da reserva legal - 5%

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP

Incentivos fiscais

Dividendo adicional proposto

Dividendos por ação - R\$ - JSCP

Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares

20.3 Reservas

Reservas de lucros

Legal

Dividendo adicional proposto

Incentivos fiscais

Total

20.3.1 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.

20.3.2 Reservas de incentivos fiscais

As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA) referente à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizado para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

21 Recetas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liqueidação das Diferenças - PLD.

	Nota	2023	2022	RS
Suprimento de energia	21.1	1.847.484	1.847.484	383.714
Energia de curto prazo		7.492		7.459
Receita operacional bruta		1.854.976	1.847.484	391.173
(-) Deduções à receita operacional				(36.655)
ICMS				(34.306)
PIS/COFINS				(31.605)
Encargos do consumidor				(3.282)
P&D				(3.139)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(9.802)
Outros encargos				(1.490)
Total		1.854.976	1.847.484	383.638

21.1 Suprimento de energia

A variação no exercício é decorrente do aumento do preço médio dos contratos devido ao reajuste, pelo o IPCA de 4,6% no ano de 2023.

22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2023	2022
		Custo da operação e do serviço	Despesas operacionais
Com energia elétrica		37.833	
De operação		30.136	
Gerais e administrativas		6.641	622
Outras		3.423	56
Total		45.665	25.143

22.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2023	2022
		Custo da operação e do serviço	Despesas operacionais

<tbl_r cells="4" ix="5" maxc

...continuação

Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 17), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aquela que seriam obtidas se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e as peculiaridades setoriais, o valor de mercado do Uso do bem público e das Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentalizado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

26.1.2.1 **Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais alto é o mercado, quanto mais restrito a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de instrumentos financeiros no exercício.

26.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

26.2.1 Risco do mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 17 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados à TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

26.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente:

Operação	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)		Cenário (V)	
		Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 25%
Aplicação financeira - CDB	CDI	60.648	5.179			5.179	1.282	2.599	(1.287)	(2.579)			
Caçueos e depósitos vinculados	CDI	20.980	1.983	923		2.906	744	1.495	(737)	(1.467)			
Instrumentos financeiros ativos	CDI	81.628	7.162	923	-	8.085	2.026	4.094	(2.024)	(4.046)			
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(396.020)	(31.254)	(76.821)	(12.198)	(120.273)	(22.589)	(44.857)	22.921	46.183			
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(396.020)	(31.254)	(76.821)	(12.198)	(120.273)	(22.589)	(44.857)	22.921	46.183			

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 8,0% e 11,7% a.a.; e TJLP entre 6,3% e 6,9% a.a.

26.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratuais e os liberados são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 28.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Operação	Saldo da exposição	31/12/2023						31/12/2022						
		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Mais de 5 anos	AVP	Total
Passivos Financeiros														
Fornecedores		4.776	14.213	87.716				106.705	112.897					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		6.953	20.315	27.021	339.610	1.841		395.740	444.364					
Uso do bem público		241	479	2.205	9.216	53.082	(31.034)	34.189	36.167					
Licenças ambientais		325	1.040	4.777	7.992	(1.460)	12.674	4.782						
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		12.295	36.047	121.719	356.835	54.923	(32.494)	549.325	598.218					

26.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle de saúde financeira exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impõe nos contratos da dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais covenants por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 28.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos.

Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

26.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2023 foi negativo na Companhia, em R\$95.960 (R\$75.835 positivo em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir com as obrigações operacionais de curto prazo, seja por meio da própria geração de caixa da Companhia, quanto por captação de dívida ou com eventuais aportes dos acionistas, se necessário.

26.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE não pode compensar o desempenho hidrelétrico.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% desse risco hidrológico remanescente para 190MWh e 87% para 20,9MWh, para a Conta Centralizada de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

26.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteadora: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indemnizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da controladora em conjunto, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

26.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas

• Concessões

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre